

PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS EM PSICOLOGIA NO BRASIL¹

Guilherme Santos de Souza²

Quézia Alexandre da Costa³

Rhenato Vargas da Fonseca Silva⁴

Evelyn Denisse Felix de Oliveira⁵

RESUMO: A Prática Baseada em Evidências (PBE) caracteriza-se como um modelo de atuação padronizado: a práxis consiste em integrar a melhor evidência disponível, experiência profissional e idiosincrasias do paciente/cliente. Publicações em psicologia sobre o paradigma encontram-se robustas no cenário internacional, diferentemente da escassez de manuscritos nacionais. Esta pesquisa objetivou analisar e descrever as produções brasileiras sobre a PBE em Psicologia. Metodologicamente, optou-se pela revisão bibliográfica da literatura. As fontes foram artigos dispostos em uma das seguintes bases de dados: LILACS, PePSIC e SciELO. Foram selecionadas obras publicadas entre 2007 e 2019, totalizando 12 artigos. Os resultados encontrados apresentam discussões, enfoques, lacunas, possibilidades e reverses da PBE em psicologia no país. Conclui-se que atualmente há diversos desafios para a produção de conhecimento e práticas profissionais referentes à PBE em Psicologia no Brasil devido, principalmente, ao baixo número de pesquisas existentes na área e ao pouco estímulo a novos estudos. Estima-se que mais pesquisas sejam realizadas com a finalidade de promover maior conhecimento acerca deste modelo de atuação psicológica e o modo como vem se estabelecendo no Brasil.

Palavras-Chave: PBEP; PBE em Psicologia; PBE; Psicologia.

INTRODUÇÃO

A Prática Baseada em Evidências (PBE) caracteriza-se como um paradigma, um modelo de atuação cuja a práxis consiste em integrar a melhor evidência disponível, a experiência/expertise clínica e individual do agente de saúde com a escolha do paciente (SACKETT et al., 1996 apud MASETTI et al., 2016) ou, como define Atallah e Castro (1998 apud DOMENICO; IDE, 2003), “o uso consciente, explícito e judicioso da melhor evidência atual para a tomada de decisão sobre o cuidar individual do paciente”. De outro modo, a Associação Americana de Psicologia (American Psychology Association, 2006 apud Leonardi, 2017):

(...) definiu prática baseada em evidências em psicologia como um processo individualizado de tomada de decisão clínica que ocorre por meio da integração da melhor evidência disponível com a perícia clínica no contexto das características, cultura e preferências do cliente (p. 177).

¹ Artigo de revisão bibliográfica para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, em Campo Grande/MS.

² Discente do curso de Psicologia (5º ano)/UCDB, e-mail guilherme.souza0130@gmail.com;

³ Discente do curso de Psicologia (5º ano)/UCDB, e-mail quezia23.06.97@gmail.com;

⁴ Discente do curso de Psicologia (5º ano)/UCDB, e-mail rhenatovfs@gmail.com;

⁵ Orientadora e Docente do Curso de Psicologia da UCDB, Doutora em Psicologia.

Essa proposta surgiu no mundo com o movimento médico - Medicina Baseada em Evidências - em meados da década de 90 (GUYATT et al, 1992) iniciado na Universidade McMaster no Canadá (MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014), com a intenção de adoção, por parte dos profissionais de saúde, de medidas que minimizem o distanciamento entre suas práticas e os avanços científicos mais recentes. Tal postura profissional passou a ser desenvolvida não apenas nos estudos da Medicina, mas também em muitas áreas da saúde, como na Enfermagem (DOMENICO; IDE, 2003), na Odontologia, na Fisioterapia, e, entre outros, na Psicologia (LEONARDI; MEYER, 2015).

Dentro do campo da psicologia científica, Leonardi e Meyer (2015, p. 1141) apontam que a prática baseada em evidências é “um dos assuntos mais discutidos no cenário internacional”. Os mesmos autores indicam que apesar do acalorado debate sobre a PBE em Psicologia ter movimentado os últimos 20 anos de pesquisas internacionais, o mesmo não se vê na conjuntura brasileira, sendo marcada pela ausência expressiva de publicações em língua portuguesa. Por conta desta lacuna existente no país, autores como Melnik, Souza e Carvalho (2014), entre outros, discorrem sobre a existência de muitos mitos e resistências em torno da prática da psicologia baseada em evidências (PPBE) no cenário nacional.

Em relação a PBE em Psicologia no Brasil, estudos indicam (i) que no contexto internacional predominam textos sobre a temática, diferente do que se constata no país e (ii) nacionalmente, não há pesquisas sobre a sua produção, sendo o seu estado do conhecimento ainda inexplorado (LEONARDI; MEYER, 2015; MELNIK; SOUZA; CARVALHO, 2014; SILVA; OTTA, 2013; SCHNEIDER; PEREIRA; FERRAZ, 2018). Acredita-se que este conjunto de elementos justifica a realização desta pesquisa.

Dessa forma, estimou-se a partir desta pesquisa compreender no cenário nacional o conjunto de elementos que constituem a PBE em Psicologia, a saber: (1) aspectos éticos da prática profissional, (2) aspectos científicos, referindo-se a qualidade das produções bem como seu fomento e financiamento e (3) aspectos relacionados aos tratamentos, a relação custo-benefício e políticas públicas de saúde.

Compreende-se que há a necessidade do apontamento claro e objetivo acerca dos estudos já existentes referentes a PBEP no Brasil, considerando seu enfoque e o uso que faz da PBEP para que, com bases em tais obras, possa-se contemplar de modo geral o lugar que a PBEP ocupa no cenário nacional e o caminho pelo qual deve seguir no futuro.

2 OBJETIVO E MÉTODO

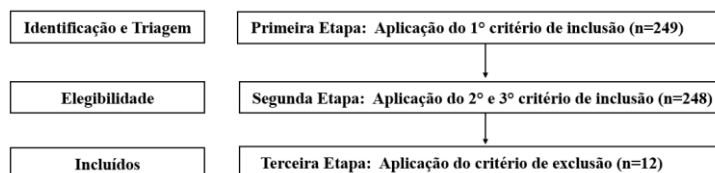
Esta pesquisa objetivou analisar e descrever as produções brasileiras sobre a PBEP. Optou-se pela Revisão Bibliográfica da literatura (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) que contribuiu com a contextualização da temática e análise do referencial teórico (ALVES, 1992). Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, que estimou caracterizar o conhecimento constituído, apontando enfoques, assuntos mais pesquisados (ROMANOWSKI, 2006) e as possíveis lacunas ainda existentes sobre a temática no país.

Trabalhou-se com artigos publicados em revistas científicas, indexados e disponíveis de forma on-line. As fontes estavam dispostas em uma das seguintes bases de dados: LILACS, PePSIC e SciELO, bancos de dados indicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para seu processo de qualificação.

Foram considerados três critérios de inclusão, a saber: (1) a presença dos termos não combinados (i) "*Prática Baseada em Evidências em Psicologia*", sua abreviação "*PBEP*" e "*Psicologia Baseada em Evidências*"; e combinados (ii) "*Prática Baseada em Evidências AND Psicologia*", "*Psicologia baseada em Evidências AND Psicologia*" e abreviação "*PBE AND Psicologia*" nos títulos, resumos e/ou palavras-chave; (2) artigos assinalados por brasileiros como autor principal/primeiro autor e; (3) ter sido publicado na íntegra em português-brasileiro. Foram excluídos aqueles textos que não obtiveram os critérios citados, repetidos ou procedentes de pesquisadores estrangeiros e com filiação institucional não identificada.

Foram acessadas páginas na web das bases de dados selecionadas para efetuar a pesquisa sobre as entradas. Em cada uma delas, foram aplicados os descritores de maneira separada (sem cruzamento), no campo "Todos os índices" ou "Palavras", filtros que permitem uma busca mais abrangente nos sites. Na interface, os textos alcançados pelos termos de busca tiveram os títulos, resumos e palavras-chave lidos e, caso necessário, foram examinados de forma integral. Logo, captando todos os nossos critérios de inclusão e exclusão. Os artigos incluídos após o encerramento das buscas nas bases de dados foram exportados e tabulados manualmente com o suporte das ferramentas de planilhas do *Microsoft Excel* e do *Google Docs*. Para a atividade, cada pesquisador ficou responsável por uma das bases de dados. Os resultados foram compartilhados com todos os integrantes, chegando-se a uma síntese final entre eles. A coleta de dados foi realizada entre os dias 07/05/2021 e 08/05/2021 e está sumarizada na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma de Aplicação dos procedimentos de pesquisa



Fonte: Os autores.

As informações retiradas dos artigos foram tabuladas considerando os seguintes itens: (a) Título do trabalho; (b) Ano de publicação; (c) Autores e coautores; (d) Objetivo do artigo e (e) Principais resultados. As informações organizadas dessa maneira possibilitaram análises, considerações, descrições e hipóteses que nos ajudaram a atingir nossos objetivos. Seguindo a metodologia empregada nesta pesquisa, chegou-se a um corpus documental com 12 artigos, todos estão congregados no *quadro 1* a seguir.

Quadro 1 - Corpus Documental levantado por esta pesquisa, de 2007 a 2019.

<i>Ano</i>	<i>Título do Artigo</i>	<i>Autores</i>
2007	Psicoterapia baseada em evidências em crianças e adolescentes	Gabriel Ferreira Pheula; Luciano Rassier Isolan
2008	Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva	Paulo Knapp; Aaron T Beck
2009	Avaliação de processo e resultado em psicoterapias: uma revisão	Ana Carolina Peuker; Luísa Femanda Habigzang; Silvia Helena Koller; Lisiane Bizarro Araujo
2013	Psicologia Baseada em Evidências: uma abordagem promissora a ser descoberta pelos psicólogos	Gabriela Andrade da Silva; Emma Otta
2014	Da Gnosiologia à Epistemologia: um caminho científico para uma terapia baseada em evidências	André Luiz Moreno; Ricardo Wainer
2015	Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias	Jan Luiz Leonardi; Sonia Beatriz Meyer
2016	Evidências de eficácia e o excesso de confiança translacional da análise do comportamento clínica	Jan Luiz Leonardi; Sonia Beatriz Meyer
2016	Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia	Renata de Souza Zamo; Clarissa Marcelli Trentini
2017	Prática Baseada em Evidências em Psicologia e Idosos: Conceitos, Estudos e Perspectivas	Thiago Vinicius Monteleone; Carla Witter
2018	Adaptação Cultural de Intervenções Preventivas em Saúde Mental Baseadas em Evidências	Jordana Calil Lopes de Menezes; Sheila Giardini Murta
2019	A prática da avaliação psicológica em neuropsicologia e psicologia do trânsito durante estágio de formação profissional	Jeanny Joana Rodrigues Alves de Santana; Marina Celestino Soares
2019	Relato de Experiência Docente: A Primeira Disciplina no Brasil sobre a Prática da Psicologia Baseada em Evidências Ministrada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo	Tamara Melnik; Sonia Beatriz Meyer; Maria Imaculada Cardoso Sampaio

3 O QUE DISCUTEM OS AUTORES

Pode ser verificado no quadro 1 os textos publicados sobre a PBEP no Brasil, mostrando em um panorama geral sobre o que vem sendo discutido pelos pesquisadores nacionais sobre o assunto. Disposto no quadro 1, o primeiro estudo de Gabriel Ferreira Pheula e Luciano Rassier Isolan (2007) investigou a efetividade de intervenções psicossociais existentes sobre as principais formas clínicas de transtornos mentais que se apresentam em crianças e adolescentes, discutindo os desafios para estudos em tratamentos baseados em evidência para as faixas etárias. Considerando estas faixas-etárias, resultados apresentaram suporte empírico para transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtornos do comportamento disruptivo e transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Os autores concluem que houve progresso, mas, citam a dificuldade atual da generalização dos achados para a prática clínica (PHEULA; ISOLAN, 2007).

O estudo seguinte, dirigido por Paulo Knapp e Aaron T. Beck, trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as abordagens cognitivo-comportamentais contemporâneas. Apresenta um panorama dos fundamentos históricos e filosóficos das abordagens cognitivas, demonstrando suas similaridades e diferenças. Apresenta também resultados de pesquisas e metanálises a respeito da eficácia das Terapias Cognitivas e Cognitivas-comportamentais que demonstram seu fundamento teórico e técnicas com significativa efetividade baseada em evidências para o tratamento de diversos quadros clínicos, como destaca o autor: “com o movimento recente em direção à prática baseada em evidências, a Terapia Cognitiva recebeu atenção destacada” (KNAPP; BECK, 2008, p.63).

Peuker et al (2009) em sua revisão crítica, propõem a discussão acerca da possibilidade de avaliação dos processos e resultados em psicoterapia, estimulando a incorporação da prática clínica baseada em evidências como “meio de obter informação científica quanto à adequação da intervenção terapêutica” (p. 439). Embora exista um certo consenso quanto aos benefícios gerados pela psicoterapia (ROTH; FONAGY, 2005 apud PEUKER et al, 2009) se faz necessário estudar com maior profundidade quais aspectos favorecem tais resultados. Dentre as variáveis indicadas pelas autoras, estão: (a) relacionadas ao paciente - natureza de um possível transtorno que ele seja portador, história de vida e clínica anterior, presença de rede de apoio social e efetiva e motivação para o processo de mudança; (b) relacionadas ao quadro psicológico - severidade, duração, prejuízos cognitivos, déficits comportamentais graves, problemas interpessoais; (c) relacionadas ao comprometimento do paciente; (d) relacionadas ao terapeuta - competência, técnica, estilo pessoal e experiência clínica; (e) relacionados a aliança terapêutica (AT).

Por sua vez, Silva e Otta (2013) em seu artigo, sustentam a tese de que a Psicologia Baseada em Evidências é “uma abordagem promissora e insuficientemente aproveitada pelos psicólogos brasileiros” (p. 20) e que se for integrada à prática profissional poderá resultar em substanciais ganhos a qualidade do trabalho desenvolvido em suas muitas áreas de atuação, sejam clínicas ou no desenvolvimento de políticas públicas. Para exemplificar o desenvolvimento de PBE na formulação de políticas públicas, as autoras apresentam a aplicação de uma revisão sistemática, seguida por metanálise para “elucidar questionamentos a respeito da prevalência de Depressão Pós-parto (DPP) em países desenvolvidos e em desenvolvimento” (p.20) contribuindo para a gestão de saúde no país. Tal pesquisa indicou a alta incidência do transtorno e, portanto, a necessidade, principal, de criação de programas de promoção de saúde, mas também tratamento e prevenção em países em desenvolvimento e isso só foi possível devido ao emprego da PBE norteando a pesquisa e a prática profissional.

Moreno e Wainer (2014) fazem uma análise teórica da Teoria Cognitiva, apontando-a como uma prática baseada em evidências. Nesse estudo, os autores discutem a respeito de dois pilares da TC: a natureza construtivista do significado, fortemente embasada nos trabalhos de Immanuel Kant e a influência do racionalismo crítico de Karl Popper, com seu método hipotético-dedutivo. Segundo os autores,

(...) mesmo que todos os indivíduos sejam ativos na construção de significados particulares, estes significados podem ser avaliados em comparação a uma realidade ontológica objetiva. Assim, os significados construídos e os esquemas oriundos destes significados, podem ser julgados em função de seu distanciamento desta realidade ontológica objetiva, mesmo que esta realidade não seja passível de acesso por nenhum indivíduo (MORENO; WAINER, 2014, p. 43).

O artigo seguinte dos pesquisadores Jan Luiz Leonardi e Sonia Beatriz Meyer (2015) busca apresentar a PBEP a partir de uma perspectiva histórica, propondo o debate entre os diversos posicionamentos existentes a respeito do assunto. O texto aponta os esforços da APA em conseguir formular um modelo que possibilitasse preencher a lacuna ainda existente entre a ciência e a prática da psicologia, tendo em vista as diferentes perspectivas teóricas, metodológicas, conceituais e práticas existentes. A definição atual da PBEP advém de anos de pesquisa da APA para compreender o papel dos fatores comuns e fatores específicos nas diversas abordagens e práticas da psicologia para a sua efetividade. A PBEP está atualmente no centro das atenções em todo o mundo, e apesar das limitações ainda existentes, estudos estão sendo realizados cada vez mais em prol de diminuir a lacuna entre ciência e prática.

Em um segundo artigo dos mesmos autores (2016), objetivou-se avaliar o status das evidências de eficácia da Análise do comportamento Clínica e da Terapia Analítico-Comportamental na atualidade, além de buscar trazer uma reflexão acerca da cientificidade

desta abordagem. Ao longo do artigo são explorados os conceitos de Terapia Comportamental, Análise do Comportamento Clínica e Terapia Analítico-Comportamental, apresentando algumas evidências empíricas sobre as modalidades de terapia abarcadas pela Análise do Comportamento Clínica. Embora apenas dois dos cinco modelos terapêuticos apresentados tenham evidências de efetividade comprovada, os autores apontam que a abordagem sofre de um excesso de confiança translacional, ou seja, o pensamento comum entre os profissionais de que apenas os dados básicos da ciência são suficientes para fundamentar intervenções, constituindo assim um problema para a Análise do Comportamento (CRITCHFIELD, 2014 apud LEONARDI; MEYER, 2016).

O próximo estudo buscou apresentar, inicialmente, como se desenvolveu historicamente o movimento de Prática Baseadas em Evidências em Psicologia e, em segundo lugar, como o modelo poderia ser incorporado na atuação psicoterápica considerando, exclusivamente, a população idosa. Este material foi produzido pelos pesquisadores Thiago Vinicius Monteleone e Carla Witter (2017) e mais precisamente, exhibe (1) o conceito de Prática Baseada em Evidências em Psicologia, (2) como a ciência, clínica e as associações de classes influenciaram, em uma perspectiva histórica. Com base na prática clínica, como este modelo pode ser aplicado para a população idosa, trazendo os principais estudos encontrados sobre o tema, assim como as perspectivas para a obtenção de evidências empíricas (MONTELEONE; WITTER, 2017).

Na sequência, o estudo das autoras Jordana Calil Lopes de Menezes e Sheila Giardini Murta (2018) envolveu a discussão da adaptação cultural de intervenções preventivas em saúde mental baseada em evidências e como isso poderia ser realizado no cenário brasileiro. Para isso, foram analisados três modelos de adaptação cultural de intervenções preventivas internacionais: (1) *Planned Intervention Adaptation (PIA) Protocol*; (2) *Strengthening Families Program Adaptation Model* (SFP-Ad); e (3) ADAPT-ITT. As principais conclusões indicam que a adaptação cultural de programas preventivos em saúde mental deve estar sustentada em estudos empíricos, práticas colaborativas e sensibilidade ética (MENEZES; MURTA, 2018).

A próxima pesquisa, conduzida pelas autoras Jeanny Joana Rodrigues Alves de Santana e Marina Celestino Soares (2019), teve como finalidade debater a prática da avaliação psicológica a partir das áreas da neuropsicologia e psicologia do trânsito. Foram levantadas informações a partir dos relatos de experiência de estagiários e a partir de entrevista com psicólogos nos respectivos campos, todos os registros foram sumarizados e as situações-problema da atuação profissional nos contextos foram discutidas. Nesta pesquisa, destaca-se o debate considerando relevante entre os participantes do estudo sobre a prática baseada em

evidências, desenvolvimento científico de constructos em psicologia e de novas tecnologias de avaliação psicológica (SANTANA; SOARES, 2019).

De acordo com as pesquisadoras, países em desenvolvimento como o Brasil dependem ainda mais da PPBE em razão da escassez financeira. A pesquisa, então, cita a Força Tarefa em Práticas Baseadas em Evidências (TFEBP) pela Associação Americana de Psicologia (APA) na tentativa de integrar a melhor evidência disponível na pesquisa, a experiência do psicólogo e as características individuais, culturais e as preferências dos clientes/pacientes. Para que o diálogo entre prática e pesquisa possa se fazer presente, Melnik, Meyer e Sampaio (2019) indicam a necessidade da inclusão, na formação dos profissionais psicólogos, competências para lidar com problemas de observação, amostragem, interpretação de dados, análises estatísticas, níveis de evidência, entre outros.

4 PONTOS COMUNS ENTRE AS PESQUISAS

Conhecer os pontos de convergência entre os artigos é a finalidade desta seção. Nessa direção, identificaram-se áreas da psicologia, abordagens psicológicas e perspectivas futuras da PBEP no contexto brasileiro, como assuntos em comum entre os artigos incluídos nesta pesquisa.

Dos doze artigos elegidos, cinco deles apresentaram a área da Psicologia Clínica com exclusividade ao tratar sobre PBEP (PHEULA; ISOLAN, 2007; KNAPP; BECK, 2008; PEUKER et al 2009; LEONARDI; MEYER, 2016; MONTELEONE; WITTER, 2017), nessa perspectiva, outras áreas da Psicologia, como Psicologia da Saúde, Psicologia da Saúde Ocupacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia Social, entre outras, não aparecem nos dados coletados.

A preponderância da Psicologia Clínica pode ser explicada pelo consultório se constituir como um espaço tradicional de ocupação profissional do psicólogo. Nesse contexto, os temas recorrentes foram a busca pela efetividade de intervenções, eficácia e status de abordagens psicológicas, avaliação dos processos e resultados em psicoterapia e incorporação do modelo PBEP na atuação psicoterápica (PHEULA; ISOLAN, 2007; KNAPP; BECK, 2008; PEUKER et al 2009; LEONARDI; MEYER, 2016; MONTELEONE; WITTER, 2017).

No entanto, a PBEP não é voltada apenas para a psicologia aplicada às práticas clínicas, podendo ser utilizada também em outros ambientes e áreas de atuação da psicologia. A falta de pesquisas em PBEP para as demais áreas de trabalho do psicólogo é reflexo da falta de pesquisas sobre o assunto no âmbito geral e do próprio desconhecimento dos profissionais a respeito das práticas baseadas em evidências e de sua potencialidade de utilização nos serviços oferecidos.

Ao aprofundar a discussão sobre as abordagens teóricas é possível observar uma certa regularidade ou consenso, pelo menos até o momento, de que certas correntes teóricas têm maior proximidade com as prática baseadas em evidência em psicologia do que outras, como é o caso da Teoria Cognitivo-Comportamental, da Análise do Comportamento e da Teoria Cognitiva, encontradas em oito dos doze artigos pesquisados (66,7%), seja no corpo do texto com maior destaque, seja nas referências utilizadas pelos autores, principalmente ao relatarem trabalhos de pesquisas científicas.

Podemos destacar que alguns pontos em comum entre estas abordagens teóricas contribuem para que a PBEP apareça mais vinculada a elas do que a outras abordagens da psicologia, especialmente o grande número de pesquisas realizadas com bases nestas abordagens e, dentre elas, a predominância de estudos e tratamentos que utilizam de métodos sistematizados de pesquisa para a comprovação de sua eficiência e eficácia.

Como dito por Pheula e Isolan (2007, p.81), a “psicoterapia baseada em evidências objetiva, acima de tudo, o esforço em identificar, testar, desenvolver e estimular a disseminação de técnicas validadas em pesquisas científicas”. Deste modo, as características já existentes nestas abordagens teóricas, primordialmente a relevância de estudos empíricos que apoiem seus métodos de trabalho, acabam por aproximá-las dos objetivos da PBEB, em detrimento de outras abordagens. Como relatam Knapp e Beck (2008, p.54):

As terapias cognitivo-comportamentais em geral, e a terapia cognitiva beckiana em especial, apresentam um fundamento teórico e um conjunto de técnicas cuja eficácia baseada em evidências foi demonstrada no tratamento de diversos quadros mentais e físicos.

Deste modo, o foco dado por estas abordagens à estudos científicos padronizados que possam demonstrar empiricamente a eficácia ou não de determinados métodos e técnicas de tratamento para os mais diversos quadros clínicos faz com que, ao buscarmos por psicoterapias que utilizem de práticas baseadas em evidências em seu funcionamento, as abordagens cognitivas e comportamentais em geral ganhem maior destaque.

Contudo, a existência de mais ou menos estudos empíricos, objetivos e padronizados por parte das diversas abordagens psicológicas não significa que estas sejam menos eficientes e eficazes, ou que seus tratamentos não tenham validade real. Com relação a isto, Peuker et al (2009) apontam a escassez de pesquisas sobre psicoterapia no cenário brasileiro, relatando que há poucos estudos sistemáticos sobre este processo, dificultando a articulação e aproximação da prática clínica à evidência científica.

Esta escassez geral de estudos na área faz com que as abordagens que mais se relacionam a estudos com rigor científico, ou seja, aquelas com maior número de pesquisas

sistematizadas, com exigências de métodos de avaliação estruturados e padronizados ganhem maior destaque, principalmente neste momento no qual a busca por evidências científicas que comprovem a eficácia das técnicas e tratamentos utilizados torna-se cada vez mais relevante.

Novamente, não buscamos ao apontar tal fato, diminuir ou desqualificar as demais abordagens que não estão em destaque no rol daquelas com maior evidência científica comprovada em seus métodos e técnicas. Ao contrário disto, ao realçarmos esta realidade, buscamos convidar os pesquisadores das mais distintas abordagens a adentrar ao campo da pesquisa científica para que, por meio desta, possam demonstrar também a relevância e validade de seu trabalho.

Por último, como foi citado anteriormente, outro ponto em comum levantado pelos pesquisadores em PBEP no Brasil diz respeito a pouca produção nacional acerca da temática (PEUKER et al 2009; SILVA; OTTA, 2013; MORENO; WAINER, 2014; LEONARDI; MEYER, 2015; SANTANA; SOARES, 2019). Nesse aspecto, é relevante os apontamentos dos estudiosos sobre a necessidade dos profissionais psicólogos se embrenharem nessa tarefa, especialmente identificando os pontos dos fatores comuns e fatores específicos nas diversas abordagens e nas práticas da psicologia para a sua efetividade (LEONARDI; MEYER, 2015).

Complementar a isso, as perspectivas para o desenvolvimento da PBEP no cenário brasileiro são apresentadas como fundamentais para o desenvolvimento da Psicologia, enquanto ciência e profissão eticamente orientada (SILVA; OTTA, 2013; LEONARDI; MEYER, 2015). Assim, no atual cenário nacional, como reflexo do próprio cenário mundial, as PBEP vem se desenvolvendo e tornando-se cada vez mais o foco da atenção, sendo uma grande aposta dos pesquisadores da área para os próximos anos.

A prática baseada em evidência em psicologia não tem por objetivo enaltecer abordagens em detrimento de outras, colocando-as como mais ou menos resolutivas ou tratando-as como certas ou erradas. Do mesmo modo, não pertence a uma área apenas, podendo e devendo estar presente nas mais diversas áreas de atuação do psicólogo no Brasil. Como o próprio nome traz, a PBEP refere-se a práticas com evidências científicas de comprovação, de satisfação para aquilo no qual são empregadas, sendo assim possíveis independente da teoria psicológica utilizada ou do local de aplicação, pois, acima das disputas entre abordagens e das possibilidades de utilização, faz parte do compromisso ético do psicólogo como profissional.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARADIGMA DA PBEP

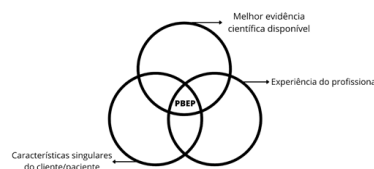
Um dos principais pontos geradores de interpretações equivocadas quanto à prática baseada em evidências no Brasil está ligada à sua definição geral, o que a compõe, visto que a

disseminação errônea desta definição fomenta preconceitos entre os profissionais da área e, conseqüentemente, limita a expansão deste conhecimento no país, tanto na ciência quanto na prática profissional.

Em acordo com os artigos selecionados, é consenso entre os autores a definição apresentada pela American Psychological Association (APA, 2006), formulada em relatório advindo da Task Force on Evidence Based Practice – TFEBP, grupo composto por cientistas e psicólogos formados pela APA em 2006 para estudar a PBEP. O grupo define a PBEP como sendo a “integração da melhor evidência disponível na pesquisa à experiência clínica do psicólogo, contextualizando as características individuais e culturais dos clientes/pacientes, bem como as suas preferências” (MELNIK, MEYER, SAMPAIO, 2019, p. 2).

Deste modo, não há intervenções padronizadas ou abordagens privilegiadas pela PBEP, pois ela considera em cada caso específico estes três elementos: as idiossincrasias do cliente/paciente, como preferências, objetivos, crenças, valores, especificidades do caso clínico, entre outros, com o intuito de promover “a participação dos clientes nas tomadas de decisão sobre sua própria saúde e bem-estar” (APA, 2006, apud LEONARDI & MEYER, 2015, p.1149), visando aumentar a probabilidade de sucesso da intervenção; a perícia clínica, ou seja, o repertório profissional do psicólogo que se configura a partir dos conhecimentos adquiridos durante sua formação, experiências práticas e estudo, incluindo competências como “avaliação diagnóstica, formulação de caso, identificação de padrões clinicamente relevantes, planejamento e implementação de intervenções, monitoração do progresso, habilidades interpessoais” (LEONARDI & MEYER, 2015, p.1149), dentre outras, que habilitam-o ao uso das intervenções de maneira correta; e por fim, a melhor evidência ou pesquisa científica disponível, a qual aprofundaremos melhor a seguir.

Figura 2 - Elementos que compõem a Prática Baseada em Evidências em Psicologia.



Fonte: Os autores.

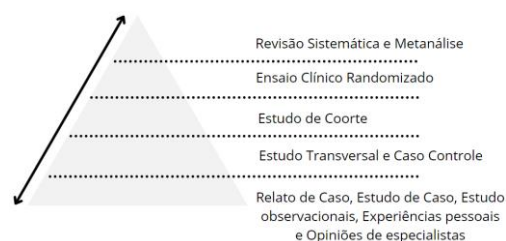
Neste sentido, a PBEP configura um modelo a ser utilizado nas tomadas de decisão quanto à atuação profissional, tanto na clínica quanto nos demais campos de trabalho da psicologia. As três variáveis elencadas neste modelo devem ser consideradas de tal modo em que uma não prevaleça sobre a outra como regra, mas complementem-se tendo como objetivo oferecer uma intervenção que atenda às necessidades singulares do cliente/paciente de forma

individualizada, atenta ao contexto e com maiores chances de eficácia. Com base nisto, a PBEP reafirma o compromisso ético do profissional em buscar fornecer àqueles que demandam seus serviços a melhor atuação possível, respeitando as questões políticas, sociais, culturais e econômicas em sua prática profissional.

Sabendo que a definição trazida pela APA (2006) sobre a PBEP leva em consideração, dentre os seus componentes, a melhor evidência disponível, já citada por alguns estudos presentes no corpus documental (SILVA & OTTA, 2013; LEONARDI & MEYER, 2015; MONTELEONE & WITTER, 2017; MELNIK et al, 2019), busca-se compreender melhor, o que os autores estão entendendo por "evidência" a partir das suas publicações no cenário brasileiro.

Conforme pode-se verificar nos dicionários, a palavra “evidência” pode significar "qualidade do que é evidente, certeza manifesta" (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1999) bem como "algo que prova a existência de algo com certa probabilidade, indício, sinal" (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2021). Nessa direção, relacionando os verbetes com informações proveniente dos manuscritos selecionados por esta pesquisa, pode se dizer que a maneira de provar que algo existe na PBEP ocorre de forma empírica, com base em metodologias científicas e tipos de estudo: efetividade, eficácia, custo-benefício, epidemiológico etc., sobre uma determinada temática (American Psychological Association, 2006), ou seja, a partir de uma questão a ser investigada, alguns procedimentos podem produzir resultados positivos e minimizar resultados negativos (REED, KIHLSSTROM & MESSER, 2006, apud LEONARDI & MEYER, 2015, p.1144) considerando potenciais vantagens e desvantagens, o balanço entre os ambos, determina a força de uma recomendação (MELNIK et al, 2019, p.2). Os tipos de estudo para obter tais dados da realidade pode ser verificado em maior detalhes na figura 3 a seguir.

Figura 3 - Pirâmide de Evidências



Fonte: Os autores.

Como pode ser verificado na figura 2, há estudos com mais evidências disponíveis do que outros, conforme a posição ocupada na pirâmide. Nessa direção, são considerados pela APA (2015) citado por Melnik et al (2019, p.2) como nível I na tomada de decisão na

Psicologia, dispostos no pico da pirâmide, a Revisão Sistemática e a Metanálise, em seguida, aparecem Ensaio clínico randomizado, Estudo de coorte, Estudo Transversal e Caso Controle, na parte mais centralizada da figura. Na base da pirâmide, embora de menor relevância, podem ser valorizadas evidências vindas de Estudo de Caso, Estudos observacionais, Relato de caso, Experiências pessoais ou Opiniões de especialistas renomados (experts) (PHEULAL & ISOLAN, 2007, p.75). Vale ressaltar que, mesmo uma evidência simples e de menor qualidade, se bem empregada, é melhor do que evidência nenhuma disponível na literatura científica (SPENCER, DETRICH & SLOCUM, 2012 apud LEONARDI & MEYER, 2015, p.1148).

Sobre como diferenciar as evidências mais relevantes que outras, a APA (2015) citado por Melnik et al (2019, p.2), criou o sistema GRADE - Grading of Recommendations, Assessment, Development and Evaluation - elaborado por um grupo de colaboradores que teve por objetivo criar um sistema mais universalizado, transparente para diferenciar (1) qualidades das evidências - classificada por eles em quatro níveis, alto, moderado, baixo e muito baixo e, o (2) potencial das recomendações - isto é, a força que uma determinada intervenção possui para que ela seja adotada ou descartada.

Retornando ao significado do dicionário, a palavra "evidência" qualifica ou caracteriza "aquilo que é evidente, incontestável, que todos vêem ou podem ver e verificar e que não pode deixar dúvidas" (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2021). Todavia, quando voltamos o olhar para PBEP com mais atenção, verificamos que não há consenso sobre como uma evidência é constituída, produzida, avaliada e aplicada (GOODHEART et al, 2006; NORCROSS et al, 2006 apud LEONARDI & MEYER, 2015, p.1141; REED et al, 2006 apud LEONARDI & MEYER, 2015, p.1144), havendo variados sistemas de classificação, além do APA (2015) citado por Melnik et al (2019, p.2) referenciado anteriormente, que consideram categorias próprias e portanto desiguais, logo, apresentaram resultados diferentes do que seria uma intervenção baseada em evidência, confundindo aqueles que visam utilizar as melhores terapêuticas disponíveis (LEONARDI & MEYER, 2015, p.1150).

Em vista disto, as pesquisas selecionadas por esta revisão de literatura apontam algumas questões que dizem respeito a dificuldade de aplicação da PBEP no contexto brasileiro, tais como: (a) a baixa presença de estudos a respeito de PBEP como apontado por Peuker et al (2009), Leonardi e Meyer (2015), Monteleone e Witter (2017); (b) a baixa presença de estudos que pesquisem as evidências das práticas profissionais como por exemplo de fatores “mediadores do tratamento” e/ou “mecanismos de mudança” como elucidam Pheula e Isolan (2007) e Peuker et al (2009); (c) a baixa presença de estudos que focalizem a prevenção em saúde, como elucidado por Menezes e Murta (2018); (d) a dificuldade em transpor o que é

pesquisado para as práticas clínicas, destacada nos estudos de Leonardi e Meyer (2016), no chamado “excesso de confiança translacional”; (e) dificuldades relacionadas à diversidade de abordagens psicológicas, como identificado Pheula e Isolan (2007), apontando para a necessidade de maior discussão das abordagens teóricas; (f) diferenças culturais entre as pesquisas existentes em relação ao contexto cultural brasileiro, fundamentado por Menezes e Murta (2018).

Sendo assim, o que se apresenta sobre PBEP, especialmente no contexto brasileiro, é o caminho extremamente desafiador para o profissional psicólogo que deseja se embrenhar na prática baseada em evidências, haja vista o número e a profundidade das dificuldades envolvidas em tal posicionamento. Tais desafios, por sua vez, não devem justificar a não adoção de tal prática, considerando-se que a ética profissional é quem mais deve pautar essa escolha, como será discutido na próxima seção deste trabalho.

Nesse ínterim, abre-se espaço para o debate dos diversos desafios que a aplicação e o direcionamento da PBEP proporcionam, o que será debatido mais largamente a seguir pela leitura e análise crítica dos autores desta pesquisa em relação ao que foi encontrado e analisado.

6 DESAFIOS DA APLICAÇÃO DA PBEP NO BRASIL

A Prática Baseada em Evidências (PBE) se faz de suma importância na aplicação de todas as ciências, evidentemente por seu caráter ético, como citado na justificativa deste trabalho. Isso também é um dever por parte das psicólogas e psicólogos como enfatizado no próprio Código de Ética Profissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 7) que considera, nos Princípios Fundamentais em seu item IV “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (grifo nosso). Entendemos, de acordo com o levantamento feito por esta pesquisa, que a PBE é parte fundamental deste aprimoramento profissional mencionado.

No cenário internacional, como no já mencionado estudo de Leonardi e Meyer (2015), a PBE é uma temática largamente debatida em Psicologia. Todavia, não se pode dizer o mesmo no contexto brasileiro.

Nesse ínterim, nos artigos selecionados para a pesquisa, é perceptível a cobrança por parte dos autores para que os profissionais da área de psicologia no Brasil adotem em sua atuação a PBE, no entanto, é importante considerar as especificidades e características do país que inviabilizam ou dificultam, em certo ponto, a aplicabilidade direta desta prática.

Primeiramente, a adaptação cultural de intervenções estrangeiras, já largamente praticada em diversos países, envolve uma série de procedimentos e necessidades para que seja considerada válida e efetiva, mantendo seu grau de confiabilidade em formação de evidências. Para tanto, as adaptações devem ser sistematizadas, tendo rigor metodológico e sendo orientadas por um modelo (MENEZES; MURTA, 2018), de modo que as características culturais locais sejam atreladas aos componentes centrais das intervenções, possibilitando os resultados esperados de forma fidedigna, principalmente considerando a pluralidade de culturas presentes em um mesmo país, como é o caso do Brasil.

Além desta ser uma prática recente, este processo de adaptação envolve um alto custo no que tange a recursos físicos e pessoais necessários, tais quais a compra das licenças e de materiais das intervenções internacionais, gastos com a produção dos materiais traduzidos, com pesquisadores e pesquisas que tornem as intervenções válidas no país, dentre outros, circunstâncias que dificultam a importação de intervenções estrangeiras (MENEZES; MURTA, 2018). Por outro lado, a construção de pesquisas em intervenções nacionais, próprias para a população brasileira, e a produção de evidências a partir destas, poderia, segundo as autoras, ser menos onerosa e mais fidedigna do que intervenções internacionais adaptadas.

Atualmente, os recentes cortes em investimentos em educação e ciência no Brasil, como o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, através da Lei Orçamentária Anual de 2018, tornam estes desafios ainda mais complexos, visto que não há recursos financeiros o suficiente para manter e/ou promover pesquisas no país. Leandro Lobo, secretário regional da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência no Rio de Janeiro (SBPC-RJ), afirmou em entrevista concedida ao site Dissertação Sobre Divulgação Científica que “(...) esse corte afeta, principalmente, o orçamento destinado a custeio e investimentos. Ou seja, destrói a capacidade de o país produzir inovação científica”, o que reafirma a dificuldade em oferecer aos profissionais de psicologia os recursos necessários para uma atuação baseada em evidências, tornando-se questões que não podem ser desconsideradas.

Para além dessas questões de adaptação cultural de intervenções que não foram exatamente validadas no contexto da sociedade brasileira e das inúmeras dificuldades em se fazer ciência no país, o que já dimensiona a magnitude da problemática em se atuar com a PBE no Brasil, há também outras dificuldades de atuação.

A partir de uma pergunta delimitada, empiricamente, estudos de forma objetiva e imparcial produzem resultados e, entre vantagens e desvantagens dos achados, pode-se definir o peso de uma determinada recomendação (MELNIK et al, 2019, p.2). A produção de uma evidência pode ser realizada por uma variedade de estudos. Alguns deles, têm mais pesos na

tomada decisão profissional (revisão sistemática e metanálise e ensaio clínico randomizado) do que outros (estudos observacionais, relato de caso, opiniões de especialistas renomados), sendo todos, todavia, relevantes para a atividade profissional do psicólogo (PHEULAL & ISOLAN, 2007, p.75).

Os estudos servem para encontrar evidências de eficácia e efetividade para resolver um determinado problema. Contudo, não é somente a realização de uma pesquisa, mas, como definir a sua qualidade, um dos grandes desafios da PBEP. Os critérios de qualidade desiguais se configuram como uma dificuldade. Não há uma única linha de pensamento, envolve sistemas de classificação variados, com categorias de análise própria. Isso significa dizer que são apresentados resultados diferentes para uma mesma intervenção baseada em evidência, confundindo aqueles que visam utilizar as melhores terapêuticas disponíveis (LEONARDI & MEYER, 2015). Logo, a literatura aponta que não existe consenso sobre como uma evidência é constituída, produzida, avaliada e aplicada (GOODHEART et al, 2006; NORCROSS et al, 2006 apud LEONARDI & MEYER, 2015; REED et al, 2006 apud LEONARDI & MEYER, 2015).

Apesar dos desafios encontrados para o desenvolvimento e aplicação da PBEP no Brasil, as pontuações realizadas neste trabalho não buscam desacreditar ou desencorajar a adoção desta prática pelos profissionais, mas ao contrário, objetivam dar relevância maior ao tema, trazê-lo ao debate e indicar as dificuldades que precisam ser enfrentadas por pesquisadores e profissionais. Quanto maior for o destaque da PBEP no Brasil, maiores as chances de: (a) ter-se uma atuação profissional mais respaldada cientificamente por parte dos profissionais psicólogos (o que confere uma ação ética na construção de saberes psicológicos); (b) fomentar o interesse entre pesquisadores e profissionais acerca do tema; (c) aumentar o número de evidências disponíveis para as mais diversas atuações, não apenas restrita a Psicologia Clínica; (d) aumentar o número de pesquisas que considerem e validem práticas psicológicas no contexto sociocultural brasileiro; e (e) uma consequente e provável diminuição do preconceito ainda existente sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado aponta para uma série de dificuldades de atuação em PBEP no Brasil, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre a prática baseada em evidências, bem como investigações que produzam evidências nos mais variados contextos de atuação da psicologia, não apenas no contexto clínico, como é mais ressaltado pelas pesquisas aqui analisadas. Além disso, há outros desafios também importantes, tais como: a falta de validação

cultural de determinadas práticas psicológicas que muitas vezes podem ser empregadas como PBEP, mas que negligenciam o contexto sócio-cultural do Brasil, ou mesmo dos regionalismos existentes em um país tão diverso; o não consenso entre os estudiosos sobre o que é entendido como “evidência”; e as complexidades de se realizar estudos científicos em um país que muitas vezes não fornece recurso financeiro o suficiente para manter e/ou promover pesquisas.

Como foi apresentado anteriormente, apesar dos desafios encontrados para o desenvolvimento e aplicação da PBEP no Brasil, as pontuações realizadas neste trabalho não buscam desacreditar ou desencorajar a adoção da prática pelos profissionais, mas objetivam dar relevância ao tema, trazê-lo ao debate e apontar as dificuldades que precisam ser enfrentadas pelos pesquisadores e profissionais da área.

Importante salientar, entretanto, que este estudo possui algumas limitações a serem observadas, como o baixo número de bases de dados utilizadas para compor o corpus documental, bem como a não análise de outras produções de pensamento como livros, teses, dissertações ou mesmo as produções de autores brasileiros em revistas internacionais, necessitando de análises ainda mais robustas para o conhecimento acerca da PBEP no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. A **"revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis**. Cad. Pesq. São Paulo, n.81, p. 53-60, maio 1992. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990/999>>.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. (2006). Evidence-based practice in psychology: APA presidential task force on evidence-based practice. *American Psychologist*, 61(4), 271-285.

BRASIL. Lei nº 13.587 de 02 de Janeiro de 2018. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

DOMENICO, Edvane Birelo Lopes de; IDE, Cilene Aparecida Costardi. **Enfermagem Baseada em Evidências: Princípios e Aplicabilidades**. Revista Latino-americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, 11(1):115-8, 2003.

EVIDÊNCIA In: Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2021. **Dicionários Michaelis**.

EVIDÊNCIA In: **Dicionário** Eletrônico **Aurélio** Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GUYATT, Gordon et al. **Evidence-based medicine: a new approach to teaching the practice of medicine**. Journal of the American Medical Association, 268(17), P. 2420-2425. 1992.

LEONARDI, Jan Luiz; MEYER, Sonia Beatriz. **Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 35, n. 4, p. 1139-1156, Dez. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401139&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001552014>.

LEONARDI, Jan Luiz; MEYER, Sonia Beatriz. Evidências de eficácia e o excesso de confiança translacional da análise do comportamento clínica. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v.24, n.4, p.1465-1477, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2016000400015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 mai. de 2021.

LOBO, Leandro. Secretário da SBPC-RJ fala sobre o cenário científico e educacional do país. [Entrevista concedida a] Bruno Lara. Dissertação Sobre Divulgação Científica, 24 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://dissertacaosobredc.blogspot.com/2018/04/secretario-da-sbpc-rj-fala-sobre-o.html>>. Acesso em 09 de Set. de 2021.

MASETTI, Ana Paula; SCHNEIDER, Luana Roberta; ROMANCINI, Fabiana; FERRAZ, Lucimare. **Refletindo sobre a Prática Baseada em Evidências na Atenção Primária à Saúde**. VI Jornada de Iniciação Científica e Tecnologia. Chapecó, 2016

MELNIK, Tamara; MEYER, Sonia Beatriz; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso. **Relato de Experiência Docente: A Primeira Disciplina no Brasil sobre a Prática da Psicologia Baseada em Evidências Ministrada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Psicologia: Teoria e Prática, Brasília, v. 35, n. 35418, p. 1-5, 2019.

MELNIK, Tamara; SOUZA, Wanderson Fernandes de; CARVALHO, Marcele Regine de. **A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências**. Revista Costarricense de Psicología, San José, Costa Rica, v. 33, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2014.

MONTELEONE, Thiago Vinicius; WITTER, Carla. Prática Baseada em Evidências em Psicologia e Idosos: Conceitos, Estudos e Perspectivas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 48-61, Jan. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932017000100048&lng=en&nrm=iso>. access on 09 May 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003962015>.

MORENO, André Luiz; WAINER, Ricardo. **Da Gnosilogia à Epistemologia: Um Caminho Científico para Uma Terapia Baseada em Evidências**. Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn., v. 16, n. 1, p. 41 - 54, 2014.

MENEZES, Jordana Calil Lopes de; MURTA, Sheila Giardini. Adaptação Cultural de Intervenções Preventivas em Saúde Mental Baseadas em Evidências. Psico-USF, Campinas, v. 23, n. 4, p. 681-691, Dec. 2018. Available from
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712018000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2021.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712018230408>.

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 30, supl. 2, p. s54-s64, Oct. 2008. Available from
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200800060000&lng=en&nrm=iso>. access on 09 May 2021.
<https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000600002>.

PEUKER, Ana Carolina; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena; ARAUJO, Lisiane Bizarro. **Avaliação de Processo e Resultado em Psicoterapia: uma revisão**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 3, p. 439-445, jul/set. 2009.

PHEULA, Gabriel Ferreira; ISOLAN, Luciano Rassier. Psicoterapia baseada em evidências em crianças e adolescentes. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 74-83, 2007. Available from
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 09 May 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin.; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37–50, set./dez. 2006.

SCHNEIDER, Luana Roberta; PEREIRA, Rui Pedro Gomes; FERRAZ, Lucimare. **A prática baseada em evidência no contexto da Atenção Primária à Saúde**. Saúde em Debate [online]. 2018, v. 42, n. 118. Acesso em 2021, pp. 594-605. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0103-1104201811804>>. ISSN 2358-2898.

SANTANA, Jeanny Joana Rodrigues Alves de; SOARES, Marina Celestino. A prática da avaliação psicológica em neuropsicologia e psicologia do trânsito durante estágio de formação profissional. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 141-154, abr. 2019. Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 maio 2021.
<http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i1.578>.

SILVA, Andrade da; OTTA, Emma. **Psicologia Baseada em Evidências: uma abordagem promissora a ser descoberta pelos psicólogos**. Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, v. 33, n. 84, p. 20-29, jan./jun. 2013.

ZAMO, Renata de Souza; TRENTINI, Clarissa Marcell. **Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia: a systematic review**. Psicol. teor. prat. São Paulo, v.18, n.3, p.81-97, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872016000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 mai. de 2021.